

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DA EMPREITADA
“REPOSIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NAS TRASEIRAS DA HABITAÇÃO LOCALIZADA NA
RUA ALVES CORREIA, N.º 53, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA MARINHA E SÃO PEDRO DA
AFURADA”

PROGRAMA DO CONCURSO

ÍNDICE

Secção I – Disposições Gerais

- 1 – Identificação e objeto do procedimento
- 2 – Entidade adjudicante
- 3 – Decisão de contratar
- 4 – Fundamentação da escolha do tipo de procedimento
- 5 – Concorrentes
- 6 – Impedimentos
- 7 – Agrupamentos de empresas - Admissibilidade e modalidade jurídica de associação
- 8 – Consulta e fornecimento das peças do procedimento
- 9 – Esclarecimentos, retificações, erros e omissões das peças do procedimento
- 10 – Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias

Secção II - Proposta

- 11 – Proposta
- 12 – Documentos que instruem as propostas
- 13 – Prazo para apresentação de propostas
- 14 – Modo de apresentação de propostas
- 15 – Apresentação de proposta variante
- 16 – Negociação
- 17 – Preço anormalmente baixo
- 18 – Prazo de obrigação de manutenção das propostas
- 19 – Publicitação da lista de concorrentes

Secção III – Adjudicação, habilitação e contrato

- 20 – Adjudicação por lotes
- 21 – Critério de adjudicação
- 22 – Critério de desempate
- 23 – Prestação de esclarecimentos pelos concorrentes
- 24 – Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final
- 25 – Requisitos de Habilitação
- 26 – Documentos de habilitação
- 27 – Outros documentos
- 28 – Caução

29 – Minuta do Contrato

30 – Reclamações à minuta do contrato

31 – Celebração do contrato

32 – Comunicações

33 – Despesas e encargos

34 – Fiscalização prévia do Tribunal de Contas

35 – Legislação aplicável

ANEXOS:

ANEXO A – Declaração conforme Anexo I ao CCP a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º

ANEXO B – Modelo de declaração de indicação do preço contratual

ANEXO C – Declaração conforme Anexo II ao CCP a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1 – IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a empreitada **“Reposição das condições de segurança nas traseiras da habitação localizada na Rua Alves Correia, n.º 53, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada”**.

2 – ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Vila Nova de Gaia, com sede na Rua Álvares Cabral, 4400-017 Vila Nova de Gaia, sendo o presente procedimento promovido pela Divisão de Contratação de Empreitadas, na dependência do Departamento de Contratação e Notariado e da Direção Municipal de Contratação Pública, sito na Rua de Cabo Borges, n.º 55 4430-646 Vila Nova de Gaia, com o telefone: 223 742 400 e com o endereço de correio eletrónico dce@cm-gaia.pt.

3 – DECISÃO DE CONTRATAR

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36º do CCP, a decisão de contratar foi proferida por despacho do Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia de 12 de fevereiro de 2025, nos termos da delegação de competências conferida em Reunião da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, resultando do facto da Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para a satisfação da necessidade pública em questão.

4 – FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO TIPO DE PROCEDIMENTO

A escolha do procedimento do tipo Concurso Público foi tomada com fundamento na alínea b) do artigo 19.º e 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na atual redação (doravante abreviadamente designado por CCP).

5 – CONCORRENTES

5.1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma situação de impedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 55.º do CCP.

5.2 – No âmbito do presente procedimento, podem ser concorrentes quaisquer agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, sem que entre eles exista qualquer modalidade jurídica de associação.

5.3 – Em caso de adjudicação, deverão todos os membros do agrupamento concorrente associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

6 – IMPEDIMENTOS

6.1 – Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades face às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP.

6.2 – A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP implica a imediata exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55º-A do mesmo Código.

6.3 – No caso dos agrupamentos, a verificação de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP por parte de qualquer uma das entidades que o compõem impede a admissão a concurso do agrupamento concorrente ou determina a sua exclusão.

7 – AGRUPAMENTO DE EMPRESAS – ADMISSIBILIDADE E MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO

Podem ser concorrentes agrupamentos de empresas, sem que entre estes exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, devendo ser observadas as seguintes condições:

- a) Os membros do agrupamento concorrente não podem, em simultâneo, ser concorrentes de forma isolada ou integrar outro agrupamento concorrente;
- b) Todos os membros do agrupamento, e apenas esses, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo, nos termos do DL n.º 231/81 de 28 de julho, com sede em Portugal;
- c) O agrupamento, nos termos estabelecidos no ponto 26 do presente documento, deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Procedimento;
- d) Todos os membros do agrupamento são individual e solidariamente responsáveis, perante a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, pela manutenção da sua proposta;
- e) Não é permitida a alteração na composição do agrupamento de empresas, salvo autorização da entidade adjudicante, seja por substituição, entrada ou saída de qualquer membro, sob pena de exclusão do concurso;

- f) A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento pelos prejuízos causados à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. O mesmo regime aplica-se à dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento.

8 – CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

8.1 – As peças do procedimento encontram-se patentes na Divisão de Contratação de Empreitadas – Departamento de Contratação e Notariado – Direção Municipal de Contratação Pública, do Município de Vila Nova de Gaia, sito na Rua de Cabo Borges, n.º 55 4430-6788 Vila Nova de Gaia, onde podem ser consultadas durante as horas de expediente, desde a data do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8.2 – Nas consultas não é permitida a reprodução de cópias, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

8.3 – As peças que constituem o presente concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Vila Nova de Gaia, à qual poderão aceder através do seguinte endereço: <https://www.cm-gaia.pt> (menu informações/compras públicas).

8.4 – O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças referidas no número anterior, só é possível mediante a credenciação do mesmo junto da empresa acinGov, que gere o domínio <https://www.acingov.pt>. A credenciação deverá ser efetuada através do sítio <https://www.acingov.pt> o qual indicará, os elementos necessários à identificação da empresa interessada.

8.5 – A credenciação explicitada no número anterior permitirá ao interessado registado possuir um certificado de autenticação para o acesso à plataforma eletrónica.

8.6 – A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento, a ser efetuada no portal identificado em 8.4.

8.7 – Quando por qualquer motivo o programa de concurso ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no ponto 8.3, desde o dia da publicação do anúncio referido

no n.º 1 do artigo 130.º, do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

8.8 – A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos que foi publicitado o anúncio de procedimento.

8.9 – É também exigido ao interessado a aquisição de um certificado qualificado (ex. Cartão de Cidadão, DigitalSign, Multicert, GTS, entre outros) de modo a poder assinar digitalmente todos os documentos constitutivos das propostas.

8.10 – Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma, nos termos do Artigo 61º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

9 – ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES, ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Os pedidos de esclarecimentos, retificações, erros e omissões não se aplicam ao presente procedimento, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 156.º do CCP.

10 – PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS

No âmbito do presente procedimento, atendendo ao objeto, este não careceu de pareceres externos.

Secção II – Proposta

11 – PROPOSTA

11.1 – Nas propostas, os concorrentes manifestam a sua vontade de celebrar o contrato bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.

11.2 – As propostas apresentadas têm de respeitar o exigido no Caderno de Encargos (do qual faz parte integrante o projeto de execução) e a legislação em vigor.

11.3 – Serão excluídas as propostas que não obedecerem a todas as exigências no Caderno de encargos.

11.4 – Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas são suportados pelos concorrentes.

12 – DOCUMENTOS QUE INSTRUEM AS PROPOSTA

12.1 – As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada nos termos do estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP, conforme Anexo I ao CCP e constante do Anexo A ao presente programa de concurso;
- b) Declaração para Proposta de preço, por algarismos e extenso, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo B ao presente programa de concurso (Minuta da proposta), que deverá ser integralmente preenchida, com valores sem IVA e indicando qual a taxa legal em vigor, se aplicável;
- c) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
- d) Plano de trabalhos, elaborado em conformidade com o disposto no artigo 361º do CCP, ou seja, acompanhado do respetivo **(i) plano de trabalhos em sentido estrito, (ii) do plano de meios técnicos/equipamentos a utilizar na obra, (iii) do plano de meios humanos a afetar à obra** e, devendo, devendo **todos os elementos estarem compatibilizados entre si e contemplando todas as espécies de trabalhos previstas no mapa de trabalhos e quantidades, sob pena de exclusão da proposta;**
- e) Cronograma financeiro elaborado de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- f) Lista de preços unitários, contemplando todas as espécies de trabalhos previstas no mapa de trabalhos e de quantidades, através do preenchimento do formulário disponibilizado para preenchimento pela plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 8.4, sendo que em caso de divergência entre estes e os constantes dos documentos que instruem a proposta, prevalecerão sempre estes últimos;
- g) Declaração do concorrente que mencione os preços parciais dos trabalhos a executar, correspondentes às habilitações de alvará referidas ponto 25 do presente programa do concurso, para cumprimento do disposto no n.º. 4 do artigo 60º do Código dos Contratos Públicos;
- h) Certidão de registo comercial ou certidão permanente, com todas as inscrições em vigor, ou o respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta online, nos termos legais em vigor, para comprovação da identidade dos titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções;

12.2 – Os documentos que constituem a proposta são, nos termos do nº 1 do artigo 58º do CCP, obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, serão acompanhados da devida tradução legalizada.

12.3 – Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no ponto 12.1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada pelos representantes com poderes para obrigar ou representar cada um dos membros.

13 – PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

13.1 – As propostas devem ser apresentadas até às **23:59:59 horas do 4º (quarto) dia**, sendo este prazo contado a partir da data do envio do Anúncio no DRE para publicação do mesmo, aplicando-se o disposto no n.º 2 do art.º 470.º do CCP.

13.2 - Quando o termo do prazo referido no ponto anterior coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

13.3 – Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data indicada no número anterior.

14 – MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

14.1 – Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica utilizada pelo Município de Vila Nova de Gaia, <https://www.acingov.pt>, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, de acordo com o previsto no artigo 62.º do CCP e na Lei n.º 96 /2015 de 17 de agosto.

14.2 – Todos os documentos terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada conforme disposto no artigo 54º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, conciliada com o Decreto-Lei n.º 116-A/2006 de 16 de junho, na sua formulação mais recente.

14.3 – A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

14.4 – Cada ficheiro deverá conter apenas um documento devidamente titulado.

14.5 – Os ficheiros que contêm os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em ficheiro de extensão PDF e, preferencialmente, pela ordem indicada no ponto 12 do Programa de Concurso, sendo que a lista de preços unitários deverá ser apresentada através do preenchimento do Modelo disponibilizado na referida plataforma eletrónica.

14.6 – Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes interessados submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

14.7 – Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt>, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

14.8 – Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento, dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.

15 – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA VARIANTE

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

16 – NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

17 – PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

18 – PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas por um período de 10 (dez) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, não havendo lugar a qualquer prorrogação, de acordo com o estipulado no artigo 159.º do CCP.

19 – PUBLICITAÇÃO DA LISTA DE CONCORRENTES

Não se aplica ao presente procedimento a publicitação da lista de concorrentes, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 156.º do CCP.

SECÇÃO III – ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CONTRATO

20 – ADJUDICAÇÃO POR LOTES

Ao presente procedimento não é aplicável a adjudicação por Lotes, nos termos definidos no artigo 46º-A do CCP.

21 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação fixado é o da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a modalidade monofator, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP, ou seja, de acordo com o preço mais baixo, enquanto único aspeto a avaliar.

22 – CRITÉRIO DE DESEMPATE

No caso de empate na classificação final, entre duas ou mais propostas apresentadas, estabelecem-se, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 74º CCP, como regras sucessivas de desempate:

1º Critério: O menor preço resultante do somatório da multiplicação da quantidade do artigo 2.3.2 pelo preço unitário proposto pelo concorrente para o mesmo artigo;

2º Critério: O menor preço resultante do somatório da multiplicação da quantidade do artigo 2.4.1 pelo preço unitário proposto pelo concorrente para o mesmo artigo;

3º Critério: Sorteio, a decorrer de acordo com as seguintes regras:

1. O sorteio será realizado na presença dos elementos do Júri, assim como dos representantes das respetivas entidades, em data e hora marcadas através da função “AVISO” da plataforma de compras públicas, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis.
2. Realizar-se-á nos seguintes termos:
 - I. Será depositado em caixa opaca o nome das entidades concorrentes;
 - II. Daí é extraído manualmente, pelo Presidente do Júri, um dos nomes, a que corresponde o concorrente classificado em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeito de ordenação de todos os concorrentes empatados;

III. Mesmo que algum dos representantes dos concorrentes não esteja presente realizar-se-á o sorteio. No caso de ausência de todos os representantes dos concorrentes proceder-se-á à sua realização apenas com a presença dos membros do júri, não constituindo tal motivo de invalidade;

IV. Será elaborada ata do sorteio, assinada por todos os presentes.

23 – PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS PELOS CONCORRENTES

Ao presente procedimento não é aplicável a prestação de esclarecimentos pelos concorrentes, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 156.º do CCP.

24 – RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

A elaboração de relatório preliminar pelo júri não é aplicável ao presente procedimento, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 156.º do CCP.

25– REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

São requisitos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a) A titularidade de Alvará, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), titulando as seguintes autorizações, conforme identificação prevista no Anexo I da Lei 41/2015, de 3 de junho, na sua versão atual:
 - **1.ª subcategoria da 2.ª categoria da classe correspondente ao valor global da proposta.**
- b) A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55º do CCP.

26 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

26.1 – O Adjudicatário deve entregar, até às **17:00:00 horas, do 2º (segundo) dia**, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP, conforme Anexo II do CCP e constante do **Anexo C** ao presente programa de concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente, certidões de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções, certificado de registo criminal da empresa para

efeitos de celebração de contratos públicos (no caso de agrupamento adjudicatário deverão ser apresentados os registos criminais de cada um dos seus membros), e Declarações de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária (ou respetivas autorizações para consulta dos dados);

- c) Número de Alvará emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), para efeitos da verificação das habilitações referidas na alínea a) do ponto 25;
- d) Nos casos em que o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos referidos no ponto 34 do presente documento, deve ser apresentado plano de prevenção de corrupção e infrações conexas, salvo se o adjudicatário for pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devendo neste caso conceder autorização à entidade adjudicante para consulta do certificado de PME no IAPMEI (online).

Para efeitos de idêntica verificação e quando se ocorra recurso a subempreiteiros, se for passível de aplicação nos termos legais, deverá ainda apresentar, quanto a estes:

- e) Documentos referidos nas alíneas a) e b) deste número;
- f) Certidão de registo comercial ou certidão permanente, com todas as inscrições em vigor, ou o respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta online, nos termos legais em vigor, para comprovação da identidade dos titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções.

26.2 – O prazo referido no ponto 26.1 pode ser prorrogado, como previsto no n.º 2 do artigo 85º, por uma única vez, através de solicitação do adjudicatário por um período máximo de 3 dias.

26.3 – Quando os documentos de habilitação remetidos apresentem irregularidades possíveis de conduzir à caducidade da adjudicação, nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário desse facto, fixando-lhe um prazo de 2 (dois) dias úteis para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

26.4 – Quando se verifique que as situações referidas no ponto anterior resultaram de factos não imputáveis ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concede-lhe um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para supressão das irregularidades.

26.5 – Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem

redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

26.6 – O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica utilizada por esta entidade ou, no caso de esta se encontrar indisponível, através de correio eletrónico, para o endereço indicado no Ponto 2.

26.7 – Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

26.8 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no ponto 26.1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

27 – OUTROS DOCUMENTOS

O adjudicatário deve, ainda, apresentar, até à data indicada no ponto 26.1 (**17:00:00 do segundo dia após notificação da adjudicação**), os seguintes documentos:

- a) **RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo)**, caso se trate de pessoa coletiva e, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação, podendo ser apresentado documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, ser facultado à entidade adjudicante o respetivo código de acesso.

Quando exista recurso a **subempreiteiros** também deverá, em relação a esse, **ser apresentado o RCBE**, nos termos referidos;

- b) **Declaração que identifique o diretor de obra** (representante do adjudicatário), **acompanhada de documento emitido pelo Organismo ou Associação Profissional em que se encontra inscrito**, comprovativa de que o mesmo detém a qualificação específica para assumir a direção da obra, nos termos do disposto no n.º. 5, do artigo 4º da Lei n.º. 40/2015, de 1 de junho, que altera e republica a Lei n.º. 31/2009, de 3 de junho;

- c) Identificação nominal do(s) Técnico(s) afeto(s) à gestão da segurança em obra;
- d) Identificação do Responsável pela implementação do Plano de Gestão de Resíduos da Construção e da Demolição;
- e) Desenvolvimento Prático do Plano de Segurança e Saúde (DPSS), devendo este, também, ser entregue em suporte de papel, no prazo estabelecido no ponto 26.1, na Divisão de Saúde e Segurança no Trabalho do Município de Vila Nova de Gaia;
- f) Identificação do endereço de correio eletrónico por onde devam ser notificados para efeitos do previsto na cláusula 58ª do caderno de encargos (comunicações e notificações);
- g) Quando o adjudicatário seja um agrupamento de empresas, para os efeitos previstos nas alíneas b) e c) do Ponto 7 do presente programa de concurso, deve ser apresentado documento com a indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do procedimento.

28 – CAUÇÃO

No presente procedimento não é aplicável a prestação de caução, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 156.º do CCP.

29 – MINUTA DO CONTRATO

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação até às **17:00:00 horas** do **quinto dia**, a contar da data da respetiva notificação.

30 – RECLAMAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO

30.1 – São admissíveis reclamações quanto à minuta quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que integram o contrato, ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 102º do CCP.

30.2 – Em caso de reclamação, será competente para decidir quanto à mesma o órgão competente para a decisão de contratar, devendo comunicar ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da receção da reclamação, o que houver decidido, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.

30.3 – Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.

30.4 – Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelos adjudicatários são notificados a todos os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas.

31 – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

31.1 – Aquando da notificação da adjudicação será remetido ao adjudicatário informação sobre os documentos necessários à celebração do contrato.

31.2 – O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, sendo que a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o modo e o prazo para a assinatura do contrato.

32 – COMUNICAÇÕES

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, relativas à fase de formação do contrato serão efetuadas através da plataforma eletrónica nos termos do artigo 61º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.

33 – DESPESAS E ENCARGOS

33.1 – Constituem encargos dos concorrentes os custos inerentes à apresentação da proposta.

33.2 – São encargos do adjudicatário:

- a) As despesas inerentes à prestação da caução;
- b) As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito;
- c) As despesas inerentes à celebração de todos os contratos de seguro exigidos por Lei ou pelo Caderno de Encargos;
- d) Os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, se aplicável.

34 – FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os contratos cujo montante seja igual ou inferior a 750.000,00€ ou quando

sejam contratos que estejam ou aparentem estar relacionados entre si e o valor global desses seja igual ou superior a 950.000,00€.

35 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, de acordo com a reforma do Decreto – Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação.

ANEXO A

Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos

(conforme Anexo I do CCP a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO B

PROPOSTA

F..... (indicar nome), com sede em
....., pessoa coletiva n.º
....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de
..... sob o n.º, titular do Alvará de
Construção com o número....., contendo as autorizações..... (indicar
natureza), propõe-se a executar todos os trabalhos que lhe vierem a ser adjudicados, no âmbito do
_____, em conformidade com o caderno
de encargos, atendendo às quantidades de trabalhos previstas, pelo preço contratual de
..... Euros (..... euros),
nos termos do disposto nos artigos 60º e 97º do Código dos Contratos Públicos.

O preço contratual proposto não inclui o imposto sobre o valor acrescentado. À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data ...

Assinatura...

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO C

DECLARAÇÃO

(conforme Anexo II do CCP a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º